

As fases dos movimentos ambientalistas e a caracterização do jornalismo ambiental para o despertar da percepção social¹

Viviane Amélia Ribeiro CARDOSO²;

Thais Alves Gallo ANDRADE³;

UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Três Rios, RJ

Resumo

A temática ambiental sofreu diversas interferências com o passar dos anos, iniciada nos meios de comunicação a partir da repercussão dos movimentos ambientalistas e entorno dos períodos que envolvem as grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente. A partir desses períodos é possível notar a divisão de quatro distintos momentos do pensamento ambiental, decorrente a uma análise obtida pela importância que o jornalismo ambiental deve exercer nos meios de comunicação de massa. O presente artigo pretende apontar as fases do ambientalismo e caracterizar o jornalismo ambiental como uma importante ferramenta para o despertar das mudanças nas percepções e valores socioambientais no que condiz a elucidação das problemáticas ambientais que atingem a sociedade.

Palavras-chave: ambientalismo; jornalismo ambiental; sociedade.

Introdução

Os conteúdos e mensagens oferecidos pelos produtos da mídia e da comunicação nos modificam ativamente fazendo com que a sociedade seja inserida em um cotidiano de referência para o fluxo de informações e na construção de uma realidade passada por estes meios.

As questões ambientais começaram a ganhar repercussão nos meios de comunicação de massa a partir dos movimentos ambientalistas que passam a ser um dos grandes precursores para que a temática ambiental pudesse ser envolvida pela mídia. Para Leff (2002), os movimentos ambientalistas emergem como transmissores de mudanças sociais por meio de conflitos que não podem ser resolvidos mediante aos procedimentos jurídicos estabelecidos pelos paradigmas dominantes ou mesmo pela estrutura jurídica e social.

Com o advindo da revolução industrial e da ciência moderna foram desencadeados os principais problemas ambientais relacionados à poluição e a qualidade de vida da

¹ Trabalho apresentado no II 06 – Interfaces Comunicacionais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 17 a 19 de junho de 2016

² Discente do 10º Período do Curso de Gestão Ambiental, Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. vivianearcardoso@gmail.com

³ Profa. Adjunto do curso de Gestão Ambiental do Departamento de Ciências do Meio Ambiente, Campus Três Rios(UFRRJ-ITR) thais.gallo@ufrj.br

população (LEFF, 2002). Desse modo, os líderes mundiais reuniram-se em torno de temas referentes à preservação da natureza e ao "desenvolvimento sustentável"⁴ durante a existência de acontecimentos relevantes, como podemos citar a Conferência da Biosfera em Paris em 1968, a Conferência de Estocolmo em 1972, a Convenção da Biodiversidade (ECO-92) ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992, logo em seguida o Protocolo de Kyoto, criado em 1997 constituindo um tratado entre a convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima e definindo metas de redução de emissões de gases para os países desenvolvidos, a cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) realizada em 2002 na África do Sul, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) ocorrida em 2012 novamente na cidade do Rio de Janeiro, e atualmente os olhos do mundo se voltaram a 21^o Conferência do Clima (COP 21) realizada em dezembro de 2015 em Paris.

O primeiro jornalista a se especializar em meio ambiente foi Randau Marques, preso em 1968, mesmo ano da Conferência da Biosfera em Paris. Randau Marques foi considerado subversivo ao país durante o governo ditatorial por produzir reportagens que procuravam descrever sobre a contaminação de trabalhadores gráficos e sapateiros com chumbo na região de Franca-SP. Além disso, o jornalista em seus trabalhos questionava a expressão "defensivos agrícolas", denunciando o uso de agrotóxicos com a mortandade de peixes e intoxicação de agricultores.

A comunicação ambiental e o jornalismo ambiental possuem amplitudes diferentes subentendidos a partir de processos que têm como objetivo a circulação e a troca de experiências, emoções, informações e conhecimentos (BUENO, 2007).

A comunicação ambiental promove a divulgação/promoção da causa ambiental, assim sendo em folhetos, palestras, campanhas publicitárias, ações espetaculares a favor de uma causa, livros sobre temas variados, vídeos e filmes. Já o jornalismo ambiental caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que atuam na imprensa. Ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editoriais/cadernos sobre meio ambiente publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados ao meio ambiente. (BUENO, 2007 n. 15, p. 33-44)

⁴ O conceito de desenvolvimento sustentável tem suas raízes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Urbano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Mais conhecido como Relatório Brundtland, o documento reflete a mudança de perspectiva ambiental, conceituando desenvolvimento sustentável desta forma: "É o desenvolvimento que satisfaz às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades". Brum e Fortaleza, 2005 (*apud* Cf. Btunacci, A. e Philippi Jr., A. Dimensão Humana do desenvolvimento sustentável. In: Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 260.)

Bueno (2007) indica o jornalismo ambiental como um conjunto de ações, estratégias, produtos, planos e esforços de comunicação destinados à divulgação e à disseminar a causa ambiental. Segundo o mesmo autor, para promover a formação da "consciência" ambiental dos cidadãos, o jornalismo ambiental necessita de três funções básicas, sendo essas: a função informativa, que preenche a necessidade dos cidadãos de estarem em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando os impactos de hábitos e posturas frente ao consumo, os processos de poluição e modelos que privilegiam o desenvolvimento a qualquer custo e o impacto disso na qualidade de vida das populações; a função pedagógica, que diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e a indicação de caminhos, e reforça a necessidade da participação popular para a superação dos problemas ambientais; a função política, que compreende a mobilização dos cidadãos e faz frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental.

O jornalismo ambiental exerce sua aptidão para o questionamento dos valores culturais vigentes na sociedade. Os grandes conglomerados de mídia sabem que não podem ignorar por completo a temática ambiental, principalmente por questões mercadológicas, visto desta forma o conteúdo ambiental pode desconectar de sua proposta básica e ser focalizada sob uma visão meramente mercantilista tornando-se apenas um *status* marginal nas redações, distanciando a responsabilidade de oferecer uma contribuição relevante ao debate global para a proposição de alternativas e soluções socioambientais (MUNIZ, 2009).

Para Capra (2004), vivemos uma crise de percepção, visto que as instituições sociais e a maioria das pessoas em nossa sociedade coadunam com os preceitos de uma visão de mundo obsoleta, que se revela inadequada para o manejo dos principais problemas da época atual, em especial a crise ecológica global. As questões ambientais não devem ser entendidas isoladamente, os impactos gerados pela má qualidade do ambiente em que vivemos são problemas sistêmicos e estão interligados e são interdependentes, e por esta razão que não podem ser entendidos de uma maneira fragmentária. Uma abordagem reducionista não resolverá nossas dificuldades, apenas limitar-se-á a transferi-las de um lugar para outro na complexa rede de relações sociais e ecológicas. Uma resolução só poderá ser implementada se a estrutura das nossas próprias relações for modificada, o que envolverá transformações profundas em nossas instituições sociais, em nossos valores e ideias.

A partir dos períodos que envolvem as grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente é possível notar a divisão de quatro distintos momentos do pensamento ambiental, recorrente a uma análise obtida pela importância que o jornalismo ambiental deve exercer nos meios de comunicação de massa, a fim de uma aproximação das mudanças nas percepções de pensamentos, valores socioambientais e resolução dos problemas que atingem a sociedade.

Os movimentos ambientalistas e a caracterização do Jornalismo Ambiental

Os primeiros grupos de ativistas ambientais começaram a surgir na década de 1960, contrapondo ao discurso oficial que entendia o meio ambiente como uma fonte de recursos inesgotáveis. Nessa década foram publicados os primeiros livros que alertaram para as implicações das ações humanas no meio ambiente, como *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) de Rachel Carson, que tratava dos efeitos nocivos à saúde do homem e do ambiente causado pelo DDT⁵. Na década de 1970, os movimentos ambientalistas começaram a apresentar maior organização do ponto de vista profissional, permitindo influência junto aos mecanismos políticos de tomadas de decisão. A partir da década de 1980 a militância ambiental já estava plenamente institucionalizada na forma de ONGs, governos e setores privados, principalmente nos países de primeiro mundo. A década de 1990 marca o discurso sobre meio ambiente que aparece de forma sistematizada nos meios de comunicação e nos setores produtivos e industriais, essa década ficou caracterizada pela ascensão do ambientalismo de mercado (ABREU, 2010 *apud* Nardelli & Grigith, 2003).

A partir do estudo feito pelo levantamento bibliográfico e do material empírico podemos dividir as quatro fases do ambientalismo segundo Abreu (2010), Jacobi (2003) e Viola & Vieira (1992):

Tabela 1 – Divisão das quatro fases do ambientalismo

1970	Ambientalismo isolado das massas possuindo uma posição secundária. Estímulo gerado pela Conferência de Estocolmo na Suécia em 1972: Crescente preocupação com o aumento desenfreado do consumo, crescimento demográfico e a capacidade do ambiente natural em repor seus estoques.
1980	Interesse aos movimentos sociais e as questões ambientais e o desenvolvimento do socioambientalismo.
1990	Estímulo gerado pela Rio-92 e a nova necessidade de se pensar as relações entre desenvolvimento econômico e a proteção ambiental (ascensão do termo desenvolvimento sustentável).
2000-2015	A economia verde e o estímulo gerado pelo Rio+20. Os recursos naturais como mercado.

Fonte: Abreu (2010); Jacobi (2003) e Viola & Vieira (1992)

⁵ O DDT (sigla de diclorodifeniltricloroetano) é o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente usado após a Segunda Guerra Mundial.

A conferência de Estocolmo de 1972 representou uma das forças externas para que em meados da década de 1970 o ambientalismo passa-se a ter maior expressão na sociedade. Nas questões políticas e econômicas o país entendia que o aumento das restrições ambientais era uma interferência para os planos nacionais de desenvolvimento, que apoiavam a implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais. Nesta época, os grupos ambientais se concentravam em sua maioria na região sul-sudeste (VIOLA e VIERA, 1992) e eram compostos por ativistas que possuíam uma atuação centrada na consolidação de denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente com enfoque local.

As iniciativas que envolvem mídia e meio ambiente puderam ser vistas desde o início dos anos 1970, onde na Conferência da Biosfera (França - 1968) reuniram-se os primeiros jornalistas preocupados com a questão ambiental. Randau Marques cobriu uma das grandes polêmicas ambientais da década de 1970: o fechamento da fábrica de celulose Borregaard, que estava poluindo o Rio Guaíba no Rio Grande do Sul. Muitas dessas denúncias obtiveram repercussão no exterior (JACOBI, 2004).

Na década de 1980, os problemas sociais começam a representar maiores prioridades devido às grandes distorções existentes entre a concentração de renda. Os meios de comunicação passam a contribuir para enfatizar tragédias como o acidente em Cubatão-SP em 1984 ocasionado pelo vazamento de oleoduto. Segundo Jacobi (2004), nesta mesma década as entidades ambientalistas trouxeram para a agenda de discussão política uma intensa movimentação da opinião pública em torno dos dramáticos impactos decorrentes ao desastre socioambiental provocado pelo descaso das indústrias com a qualidade da vida da população regional, notadamente dos setores mais carentes. O intenso debate e a polêmica em torno do ocorrido em Cubatão-SP são incentivados por alguns meios de comunicação que reforçam o papel do movimento ambientalista cobrando soluções para os problemas recorrentes ao desastre ambiental sucedido. O mesmo incidiu com o acidente de Chernobyl em 1986 na Ucrânia e Césio 137 em 1987 no estado de Goiás-Brasil.

Na década de 1990, as ONG's começam a deixar de lado o objetivo de estimular a "conscientização" ou de se concentrarem nas denúncias contra a agressão ambiental, para atuarem em objetivos específicos como a preservação e a recuperação dos biomas. Assim, as novas organizações, que passaram a se encontrar distribuídas ao longo do território brasileiro, porém com maior grau na região sudeste do país, se estruturaram em torno de objetivos claros como melhoramento da qualidade da água e do ar e a educação ambiental.

Nesta década o Brasil sediava a Rio-92, primeira conferência sobre meio ambiente que o país recebia, ocorreu nesta década à ascensão do termo "desenvolvimento sustentável", onde muitas instituições ampliaram seus financiamentos a partir de órgãos públicos, doações de empresas e mensalidades de associados, iniciando a incorporação do desenvolvimento econômico no discurso ambiental (JACOBI, 2004).

A discussão sobre o desenvolvimento econômico e social permeou a questão ambiental no decorrer da década de 1990. Desde então o fator econômico passou a ser o centro das questões relacionadas às discussões dos grandes encontros mundiais sobre meio ambiente, ao mesmo tempo em que as organizações não governamentais ganham força e se mostram mais profissionalizadas.

Em 2000, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) sugeriu a realização de uma nova cúpula mundial, desta vez sobre desenvolvimento sustentável. Assim a 2ª Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10 em Johannesburg na África do Sul) teve como objetivo principal a implementação das propostas da Agenda 21 formulada na Rio-92. A avaliação da aplicação das propostas da Rio+10 deixou claro que a implementação da Agenda 21 era bastante deficiente na maioria dos países. (BRUM, 2005 *apud* Lestienne, 2003).

O século XXI apresenta como a crescente exaustão e degradação de recursos naturais, assim surgem novas legislações ambientais que começam a influenciar as ações de compra fortemente induzidas pelo respeito ao meio ambiente. Consumidores mais esclarecidos, conscientes e exigentes, começam a vetar suas compras em empresas que não adotam medidas ecologicamente corretas, surge então o marketing verde, que possui o foco para a divulgação dos procedimentos de processo dos produtos e serviços que levam ao benefício socioambiental (BRUM, 2005).

As características existentes entre as relações econômicas e ambientais começam a construir uma complexidade discursiva na mídia que se expressa nos produtos de comunicação gerados para a sociedade, legitimando um discurso ecológico empresarial, entre governo, agências ambientais e empresas. Colocando como pano de fundo a questão da sobrevivência do planeta, não levando em consideração os conflitos econômicos e ecológicos existentes na prática. (BONFIGLIOLI, 2004)

O rompimento da barragem de rejeitos pela produção de celulose em Cataguases-MG em 2003, o vazamento de petróleo no mar no Golfo do México-EUA em 2010 e o rompimento da barragem de rejeitos de minério do distrito de Bento Gonçalves em Marina-

MG em 2015, foram bastante repercutidos pela mídia promovendo comoção social e exigindo as punições dos responsáveis.

A imprensa brasileira costuma se preocupar com o meio ambiente apenas nas ocasiões que envolvem as catástrofes naturais e/ou acidentes graves que causam danos sociais econômicos e ambientais. A mídia também procura relatar dados científicos publicados em revistas estrangeiras sobre o aquecimento global e as discussões referentes às grandes convenções do clima que envolve o encontro das potências econômicas mundiais. Também existe a constante divulgação da temática ambiental nas datas em que se comemoram a importância do meio ambiente, dos biomas, da água, do solo e do índio. Tais abordagens nos canais midiáticos furtam-se ao debate sobre temas da realidade brasileira, como a falta de saneamento no país ou a expansão desordenada do agronegócio no meio rural, e são continuamente pautados por agências noticiosas internacionais (MUNIZ, 2007 *apud* BELMONTE, 1997; SOUZA e OHDE, 2005; VENCESLAU, 2001).

O interesse da mídia cresce à medida que a sociedade também se organiza e cobra ações mais equilibradas em relação ao meio ambiente, porém tal interesse vai de encontro ao tema que receberá mais visibilidade para ser vendida, por isso existe uma intrínseca relação em se publicar tragédias e outras problemáticas como o aquecimento global, sem que se perceba a qualidade do material que se mostra na TV ou se publica nos jornais e na internet. Para Boff (1999) temos uma cobertura viciada em uma ética que não é a do cuidado e nem a da responsabilidade.

Sousa, 2002 (*apud* Ziggiatti, 2000) enfatiza, também, que todos têm direito à informação e que a imprensa é a forma de democratizar a informação científica e tecnológica embutida nas questões ambientais. A mídia deve expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar um retrato não fragmentado da realidade.

Leff (2002) apresenta o discurso ambientalista, divulgado institucionalmente pela mídia, como uma inserção de estratégia de mudanças tecnológicas e sociais, que estimula a produção de conhecimento e formas alternativas de organização social e produtiva. Os movimentos ambientais buscam reintegrar o conhecimento em um campo unificado, já que a problemática ambiental agrega os processos naturais e sociais e não pode ser compreendida sem a interferência de diversas áreas do saber. A conexão entre o movimento ambiental com o jornalismo ambiental adapta o olhar holístico e a democracia participativa fazendo com que se passe a entender a interdisciplinaridade e o caráter social e cultural da questão ambiental.

Considerações Finais

Os meios de comunicação se incluem como instrumentos capazes de agir mais efetivamente na mudança de diversos setores sociais sendo possível sensibilizar a sociedade quanto a uma visão mais holística sobre a temática ambiental. Tal influência midiática leva ao maior conhecimento dos problemas socioambientais e procura rediscutir a atuação da sociedade quanto às tomadas de decisões políticas e econômicas que afetam o meio em que vivemos.

A existência de uma objetividade jornalística, como o jornalismo ambiental, se desenvolve a partir da construção social em que o homem está inserido. Apesar de o jornalismo possuir uma concepção capitalista em que as empresas buscam sobreviver através do lucro, onde o produto mais importante é a própria notícia, sendo esta a mediadora de informações para a sociedade, o jornalismo ambiental surge como uma especialidade que incorpora uma visão inter e multidisciplinar comprometido com a qualidade de vida e com o efetivo exercício da cidadania, propondo uma política social e culturalmente engajada que resiste às investidas pressões dos grandes interesses.

Ainda é necessário maior aproximação da mídia entre as ONG's, ambientalistas e a sociedade em geral, que na maioria das vezes acabam tornando-se secundários na cobertura jornalística ambiental. Tal aproximação, nos alerta quanto à crise de percepção atual entre nossas relações sociais e o meio ambiente que vivemos, devendo assim atingir a maioria dos líderes das corporações, administradores e a educação em geral.

O desenvolvimento contínuo de novas tecnologias midiáticas, com o uso da internet para o engajamento do ativismo digital, acaba por contribuir para a propagação da causa ambiental, aproximando os grupos ambientalistas de qualquer localidade para toda parte do mundo, isso identifica a importância da aproximação de tais setores para a crescente complexidade ambiental, abrindo-se a uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer, articulando o diálogo dos valores e dos interesses na tomada de decisões que envolvem o uso dos recursos naturais. Assim desencadeando uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade e uma transformação do conhecimento para construção de uma nova racionalidade sustentável, justa e democrática.

Referências bibliográficas

ABREU, T. B. **Considerações sobre a Heterogeneidade do discurso sobre meio ambiente presente em textos de mídia impressa.** UFRJ 2007.

BOFF, L. **Saber Cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999

BONFIGLIOLI, C. P. **Discurso ecológico e mídia impressa: análise de discurso de um acidente ambiental.** IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom - Comunicação científica e ambiental. 2004.

BRUM, E. **Comunicação e desenvolvimento sustentável: influência da mídia no comportamento do consumidor.** Revista Imes: janeiro/junho,2005.

BUENO, W. da C. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa.** São Paulo: MojoaraEditorial,2007.

BUENO, W. da C. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR: n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

CAPRA, F. **O Ponto de mutação.** A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix,2006.

JACOBI, P. **Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas.** In: RIBEIRO, Wagner Costa. (Org.). Patrimônio ambiental brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEEF, E. **Epistemologia Ambiental.** 3.ed. São Paulo:Cortez,2002.

MUNIZ, C. dos S. **Jornalismo Ambiental: conceitos e especificidades.** Porto Alegre, 2009. 06p.

THOMPSON, B. J. **A mídia e a modernidade.** Uma teoria social da mídia. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1995.

VIOLA, J. E. & VIEIRA, F. P. **Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil.** Rio de Janeiro, 1992.